



CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DA PARAÍBA
CORE-PB

TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026
Processo Administrativo nº 30/2025

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **Móveis**, incluindo entrega, montagem e instalação, com **ENTREGA ÚNICA**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Com o objetivo de ampliar a participação de interessados no certame e, consequentemente, alcançar maior competitividade e economicidade para a Administração — sem comprometer as vantagens decorrentes da aquisição em escala, nem as características do objeto — optou-se por estruturar a licitação em 11 (onze) itens, distribuídos em dois grupos, conforme segue:

- Grupo 1 – Mesas e Estações de Trabalho (08 itens);
- Grupo 2 – Estofados (03 itens).

Essa divisão visa garantir ampla concorrência e maior eficiência na aquisição.

Grupo	Item	Descrição	Catmat	Ambiente	Referência	Und. de medida	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1 - Mesas	1	Estação de Trabalho tipo Plataforma Dupla para 6 Postos de Trabalho <u>Tampo Reto</u> Material Tampo: MDP. Cor Tampo: carvalho avelã. Espessura Tampo: 25mm. Dimensões Gerais (LxPxH): 360 x 120 x 74 cm. Dimensões de cada módulo (LxPxH): 120 x 120 x 74 cm. Observações: com Calha Elétrica, Saia (parte inferior) e Divisórias em Acrílico Jateado. <u>Base Metálica</u> Cor Base: Prata ral.	603020	Sala Multiuso		Unidade	01	R\$23.165,00	R\$ 23.165,00
	2	Estação de Trabalho tipo Plataforma Simples para 4 Postos de Trabalho <u>Tampo Reto</u> Material Tampo: MDP.	603017	Setor de Registro e Fiscalização		Unidade	01	R\$14.473,74	R\$ 14.473,74

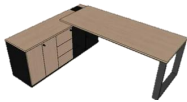




**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DA PARAÍBA
CORE-PB**

		<p>Cor Tampo: carvalho avelã.</p> <p>Espessura Tampo: 25mm.</p> <p>Dimensões Gerais (LxPxH): 480 x 70 x 74 cm.</p> <p>Dimensões de cada módulo: 120 x 70 x 74 cm.</p> <p>Observações: com Calha Elétrica, Divisórias em Acrílico Jateado entre as Estações de Trabalho e Saia (parte inferior). As mesas serão dispostas em linha reta e os pontos de tomada vem da única parede de apoio (passando pela calha elétrica dessas mesas sem interrupção).</p> <p>Base Metálica Cor Base: Prata ral.</p>						
3	458686	<p>Mesa de Reunião Modular Retangular</p> <p>Tampo Reto Material Tampo: MDP.</p> <p>Cor Tampo: carvalho avelã.</p> <p>Espessura Tampo: 25mm.</p> <p>Dimensões Gerais (LxPxH): 400 x 140 x 74 cm.</p> <p>Dimensões de cada módulo (LxPxH): 200 x 140 x 74 cm.</p> <p>Observações: com Acesso a Pontos de Energia e SEM SAIA. Se houver um módulo único de 400cm para as 12 cadeiras (sendo 2 nas pontas), pode ser considerado.</p> <p>Base Metálica Cor Base: Prata ral.</p>	Sala de Reunião		Unidade	02	R\$11.103,37	R\$ 22.206,74



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DA PARAÍBA
CORE-PB**

	Observação: Sem saia.							
4	Mesa em L Tampo Material Tampo: MDP. Cor Tampo: carvalho avelã. Espessura Tampo: 25mm. Dimensões: 160 x 140 x 74 cm. Observação: com gaveteiro. <u>Base Metálica</u> Cor Base: Prata ral.	608701	Setor de Cobrança e Contabilidade e		Unidade	03	R\$ 8.879,32	R\$ 26.637,97
5	Mesa Disco Média Lateral <u>Tampo Laqueado</u> Material Tampo: MDP. Cor Tampo: Laca. Dimensões: H=75cm e 30cm de diâmetro. <u>Base Metálica</u> Cor Base: Prata ral.	232002	Recepção e Antessala		Unidade	03	R\$ 3.561,47	R\$ 10.684,41
6	Mesa Reta <u>Tampo Reto</u> Material Tampo: MDP. Cor Tampo: carvalho avelã. Espessura Tampo: 25 mm. Dimensões (LxPxH): 120 x 60 x 74 cm. Observações: Com saia e sem calha. <u>Base Metálica</u> Cor Base: Prata ral.	630531	Setor de Cobrança e Contabilidade e, Hall		Unidade	02	R\$ 3.182,82	R\$ 6.365,65



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DA PARAÍBA
CORE-PB**

2 - Estofados	7	Mesa de Reunião Redonda Tampo Material Tampo: MDP. Cor Tampo: carvalho avelã. Espessura Tampo: 25 mm. Dimensões (DxH): Ø120 x 74 cm. Base Metálica Cor Base: Prata ral.	607623	Sala da Presidência		Unidade	01	R\$ 2.359,77	R\$ 2.359,77
	8	Gaveteiro Volante 03 Gavetas Dimensão: 334 x 460 x 490 mm. Material: MDP. Espessura: 25 mm. Cor: Carvalho Avelã.	625410	Setor de Registro e Fiscalização, Sala da Presidência e Sala Multiuso		Unidade	05	R\$ 1.868,78	R\$ 9.343,88
VALOR ESTIMADO GRUPO 1								R\$ 115.237,16	
2 - Estofados	9	Poltrona Dois Lugares Dimensões (LxPxA): 1200 x 690 x 840 mm. Tecido: Couro Ecológico. Cor do Tecido: Marrom Médio. Cor da Estrutura: Grafite.	474177	Recepção		Unidade	02	R\$ 5.114,48	R\$ 10.228,96
	10	Poltrona Três Lugares Dimensões (LxPxA): 1780 x 690 x 840 mm. Tecido: Couro Ecológico. Cor do Tecido: Marrom Médio. Cor da Estrutura: Grafite	457736	Antessala		Unidade	01	R\$ 7.199,92	R\$ 7.199,92



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DA PARAÍBA
CORE-PB**

11	Poltrona Um Lugar Dimensões (LxPxA): 620 x 690 x 840 mm. Tecido: Couro Ecológico. Cor do Tecido: Marrom Médio. Cor da Estrutura: Grafite	292229	Recepção		Unidade	04	R\$ 3.452,82	R\$ 13.811,28
VALOR ESTIMADO GRUPO 2					R\$ 31.240,16			
VALOR ESTIMADO TOTAL					R\$ 146.477,32			

1.3. Os bens objeto desta aquisição são caracterizados como comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo instrumento convocatório, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do artigo art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/21.

1.4. O prazo de vigência da aquisição é de 12 meses contados da data de assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da aquisição.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A presente aquisição tem como finalidade atender à necessidade de adequação e modernização dos ambientes de trabalho na nova sede do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado da Paraíba (Core-PB).

2.2. Trata-se da aquisição de mobiliário institucional, com o propósito de proporcionar aos funcionários, gestão administrativa e representantes comerciais as condições adequadas de ergonomia, funcionalidade e conforto, em conformidade com as normas vigentes de saúde e segurança no trabalho.

2.3. Além disso, a padronização e a qualidade dos móveis a serem adquiridos visam otimizar a organização dos espaços físicos, promover um ambiente laboral mais eficiente estruturalmente e, conseqüentemente, contribuir para a melhoria contínua da produtividade e da qualidade dos serviços prestados à sociedade e aos representantes comerciais.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. O detalhamento e especificações pormenorizadas do objeto desse Termo de Referência encontram-se no **Anexo II do TR, confeccionado em conjunto com profissional arquiteta que acompanhará essa aquisição.** Importante ressaltar que as informações contidas no referido anexo têm por objetivo apenas identificar as características dos itens, **não configurando, assim, preferência às marcas mencionadas.**



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DA PARAÍBA
CORE-PB**

3.2. Todos os produtos listados deverão ser **novos, entregues em embalagens lacradas** e ter garantia contra defeitos de fabricação e de funcionamento.

3.3. Os produtos ofertados deverão atender a requisitos mínimos de qualidade, segurança, ergonomia e sustentabilidade, sendo obrigatória a apresentação de documentação comprobatória válida, emitida por organismos certificadores acreditados por entidade reconhecida nacional ou internacionalmente.

3.4. Os itens deverão possuir garantia mínima de **5 (cinco) anos de acordo com a descrição de cada item**, contados a partir da data de seu recebimento definitivo.

3.5. O licitante deverá informar marca e modelo do item, sob pena de desclassificação caso se recuse a informar. Em caso de desconformidade, o produto deverá ser substituído às custas do fornecedor.

3.6. **O valor da proposta deverá incluir todos os custos relacionados à entrega, montagem e instalação dos móveis, abrangendo mão de obra, ferramentas, materiais, equipamentos, frete, seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e quaisquer outros custos inerentes a aquisição dos itens.**

3.7. A Contratada deverá fornecer todo o material, equipamentos, EPI e tudo que se fizer necessário para a montagem e instalação dos móveis.

3.8. **Após a finalização do serviço o local deverá ser devidamente limpo, qualquer tipo de resíduo deverá ser retirado é de inteira responsabilidade da Contratada.**

3.9. A Contratada deverá reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

3.10. A Contratada deverá comunicar ao(a) fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

4. REQUISITOS DA AQUISIÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. O disposto no art. 170, inciso VI, da Constituição Federal, que estabelece como princípio da ordem econômica a defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e de seus processos de elaboração e prestação.

4.1.2. A diretriz prevista no art. 225 da Constituição da República, que preconiza que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.



CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DA PARAÍBA CORE-PB

4.1.3. A Lei nº 6.938, 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, cujo objetivo traduz-se na preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando a assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

4.1.4. Nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133/2021, poderá ser estabelecida margem de preferência para bens manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras, bem como para bens reciclados, recicláveis ou com conteúdo reciclado, desde que fundamentada em estudos técnicos que considerem a geração de emprego e renda, o impacto na arrecadação de tributos e o desenvolvimento tecnológico nacional, observados os limites e critérios estabelecidos em regulamento, sem prejuízo à competitividade do certame.

4.1.5. A Lei nº 12.187/2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), estabelece como uma de suas diretrizes o incentivo à manutenção e promoção de padrões sustentáveis de produção e consumo. Entre seus instrumentos, destaca-se a adoção de critérios de preferência em licitações e concorrências públicas para propostas que proporcionem maior economia de energia, água e outros recursos naturais, bem como a redução na emissão de gases de efeito estufa e na geração de resíduos, conforme disposto no art. 6º, inciso XII.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da Contratação

4.3. A Contratada deverá fornecer garantia contra defeitos/vícios, impropriedades de fabricação dos produtos de, no mínimo, **5 (cinco) anos de acordo com a descrição de cada item**, contados a partir da data de seu recebimento definitivo.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega e montagem dos móveis é de **45 (quarenta e cinco) dias corridos**, contados da data do primeiro dia útil, após o envio da Nota de Empenho para a CONTRATADA, em remessa única.

5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Avenida Senador Ruy Carneiro, nº300 – Mezanino – Salas 001 a 006, Miramar, João Pessoa/PB, CEP: 58032-101.

Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

5.3. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor). Os itens deverão possuir garantia mínima de **5 (cinco) anos**, contados a partir da data de seu recebimento definitivo.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DA PARAÍBA
CORE-PB**

- 5.5. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.
- 5.6. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para a Contratante.
- 5.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 5.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 5.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 5.10. Uma vez notificada, a CONTRATADA realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela CONTRATADA ou pela assistência técnica autorizada.
- 5.11. Na hipótese do subitem acima, a CONTRATADA deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pela CONTRATANTE, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 5.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação da CONTRATANTE ou a apresentação de justificativas pela CONTRATADA, fica a CONTRATANTE autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da CONTRATADA o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 5.13. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da CONTRATADA.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DA PARAÍBA
CORE-PB**

6.3. As comunicações entre a entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. A entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.6. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.12. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DA PARAÍBA
CORE-PB**

Gestor do Contrato

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do objeto.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DA PARAÍBA
CORE-PB**

- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DA PARAÍBA
CORE-PB**

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para a CONTRATANTE; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DA PARAÍBA
CORE-PB**

7.12. A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos da CONTRATADA para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os materiais/serviços deverão ser entregues/executados, montados e instalados integralmente, de FORMA ÚNICA, sem parcelamento de entrega, sem nenhum custo adicional **na Avenida Senador Ruy Carneiro, nº 300 – Mezanino – Salas 001 a 006 – Miramar, João Pessoa –PB, CEP: 58.032-101.**

8.2. A entrega, a montagem e a instalação deverão, obrigatoriamente, ser agendada via e-mail: licitacao@corepb.org.br ou pelos telefones: (83)3241-5157/ (83)3241-5886, sob pena da impossibilidade do recebimento.

8.3. A CONTRATADA e seus agentes serão informados sobre os horários para montagem, instalação dos materiais/serviços em questão, respeitadas as disposições do Regimento Interno do Condomínio acerca de barulhos realizados, sendo, desde já, autorizada à execução de serviços envolvendo sons exclusivamente a partir das 20:00h até as 07:59h do dia seguinte.

8.4. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, **no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis**, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.6. O recebimento definitivo ocorrerá no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento provisório pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DA PARAÍBA
CORE-PB**

8.7. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.9. O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.11. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta da CONTRATADA e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá **o prazo de até 10 (dez) dias úteis** após o ateste da Nota Fiscal para fins de liquidação, de acordo com as descrições contidas na Nota de Empenho, contrato ou outro instrumento hábil, conforme o caso, **preferencialmente por meio de Boleto Bancário e excepcionalmente por transferência Bancária**, com as informações da CONTRATADA, desde que o material/serviço tenha sido entregue integralmente, aprovado e atestado pela fiscalização da CONTRATANTE, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DA PARAÍBA
CORE-PB**

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à CONTRATANTE;

8.14. A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de Pagamento

8.20. O pagamento será efetuado **no prazo de até 10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DA PARAÍBA
CORE-PB**

8.21. No caso de atraso pela CONTRATANTE, os valores devidos à CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de Pagamento

8.22. O pagamento será realizado, **preferencialmente, por meio de Boleto Bancário**, com as informações da CONTRATADA.

8.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.25. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

8.26. Os preços ofertados serão fixados e irrevogáveis, em virtude do objeto a ser licitado ser de entrega única, cujo pagamento se dará no atual exercício, após a entrega/execução dos serviços.

9. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de Fornecimento

9.1. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de Habilitação

9.2. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

9.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DA PARAÍBA
CORE-PB**

- 9.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 9.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 9.12. Antes da contratação será feita consulta ao CADIN – Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal, nos termos da Lei 14.973/2024.
- 9.13. A área administrativa deverá realizar consulta ao CADIN para:
- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no termo de referência;
 - b) identificar possível razão que impeça a participação em processo licitatório, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 9.14. Constatando-se, junto ao CADIN, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 9.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, implicará decadência do direito à contratação e acarretará a inabilitação do proponente, sendo que o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DA PARAÍBA
CORE-PB**

correspondente, assegurada a CONTRATADA a ampla defesa, sendo facultado ao Core-PB convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação de cada item, para assinatura do contrato.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnica

9.24. Junto com a documentação da proposta ajustada, na fase de julgamento, deverão ser apresentados, para análise prévia dos produtos cotados, **catálogo de produtos**. Apresentar, ainda, para garantia de qualidade técnica dos produtos, os seguintes documentos abaixo, sob pena de desclassificação da proposta:

9.24.1. Certificado de conformidade e/ou Relatório de ensaio **NBR 13966:2008**, emitido por OCP/laboratório acreditado pelo CGCRE-INMETRO.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DA PARAÍBA
CORE-PB**

9.24.2. Certificado ambiental de cadeia de custódia do **FSC**, em nome do fabricante de assentos, comprovando que a madeira seja proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento.

9.24.3. Parecer técnico de que o produto atende a Norma Regulamentar do Ministério do Trabalho **NR 17**, emitido por profissional competente certificado pela Associação Brasileira de Ergonomia (ABERGO).

9.24.4. Declaração de garantia do fabricante de **5 anos**.

9.24.5. Relatório de ensaio **NBR 17088:2023**, corrosão por exposição à névoa salina, emitido por laboratório acreditado pelo CGCRE-INMETRO.

9.24.6. Relatório de ensaio **NBR 11003:2023**, determinação de aderência da tinta, emitido por laboratório acreditado pelo CGCRE-INMETRO.

9.24.7. Apresentar comprovação de atendimento a **NBR-14020:2002 e NBR-14024:2004**, através do Certificado de conformidade emitido por organismo acreditado pelo INMETRO da respectiva indústria fabricante dos mobiliários.

9.24.8. Relatório de ensaio **ASTM-D 3363:2022** verificação de dureza de filme por teste de lápis, emitido por laboratório acreditado pelo CGCRE-INMETRO.

9.24.9. Relatório de ensaio **NBR 8095:2015**, corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada, emitido por laboratório acreditado pelo CGCRE-INMETRO.

9.24.10. Relatório de ensaio **NBR 8096:1983**, corrosão por exposição ao dióxido de enxofre, emitido por laboratório acreditado pelo CGCRE-INMETRO.

9.24.11. Relatório de ensaio **NBR 14535:2008**, para móveis de madeira com superfícies pintada, emitido por laboratório acreditado pelo CGCRE-INMETRO.

Disposições Gerais sobre Habilitação

9.25. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.26. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.27. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DA PARAÍBA
CORE-PB**

9.28. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.29. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 146.477,32 (cento e quarenta e seis mil, quatrocentos e setenta e sete reais e trinta e dois centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento para o exercício de 2026 no elemento de despesa **6.2.2.1.1.02.01.03.001 – Móveis e Utensílios**.

12. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1. São obrigações da CONTRATANTE:

12.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

12.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

12.1.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

12.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

12.1.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

12.1.6. Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

12.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DA PARAÍBA
CORE-PB**

12.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

12.1.8.1. A Administração terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

12.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

12.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

13.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

13.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

13.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

13.1.3. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

13.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DA PARAÍBA
CORE-PB**

fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 13.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 13.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 13.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
- 13.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 13.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 13.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto da contratação;
- 13.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 13.1.10. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 13.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 13.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 13.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 13.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 13.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DA PARAÍBA
CORE-PB**

13.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;

13.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

13.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;

13.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

13.1.20. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

13.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

13.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

13.1.23. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

13.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

13.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

13.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

14. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

14.1. A presente aquisição poderá ser formalizada mediante a emissão de Nota de Empenho, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133/21, que faculta à Administração Pública a substituição do contrato por outro instrumento hábil, nos seguintes casos: I - dispensa de licitação em razão de valor; e II - compras com



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DA PARAÍBA
CORE-PB**

entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

14.2. Mediante solicitação da Autoridade Competente, a formalização poderá ser realizada por meio de Termo de Contrato, minutado pelo Setor Jurídico do Core-PB, nos termos da Lei 14.133/2021.

14.3. O adjudicatário terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente de formalização da aquisição, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

14.4. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.5. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

14.5.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

14.5.2. A CONTRATADA se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (**Anexo I**).

15. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

15.1. O prazo de vigência da aquisição é aquele estabelecido neste Termo de Referência (**12 meses**), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da CONTRATADA, previstas neste instrumento.

16. EXTINÇÃO CONTRATUAL

16.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

16.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

16.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa da CONTRATADA:

16.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

16.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DA PARAÍBA
CORE-PB**

17. CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

18. ALTERAÇÕES

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

18.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

18.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

19. FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal - Seção Judiciária da Paraíba, para dirimir questões oriundas desta contratação.

20. CONTATOS

20.1. Setor de Licitação

E-mail: licitacao@corepb.org.br

Tel.: (83) 3241-5157 / (83) 3241-5886

Srta. Victória Fernandes Ribeiro

João Pessoa, 11 de maio de 2026.

Victória Fernandes Ribeiro
Assessora Especial da Presidência



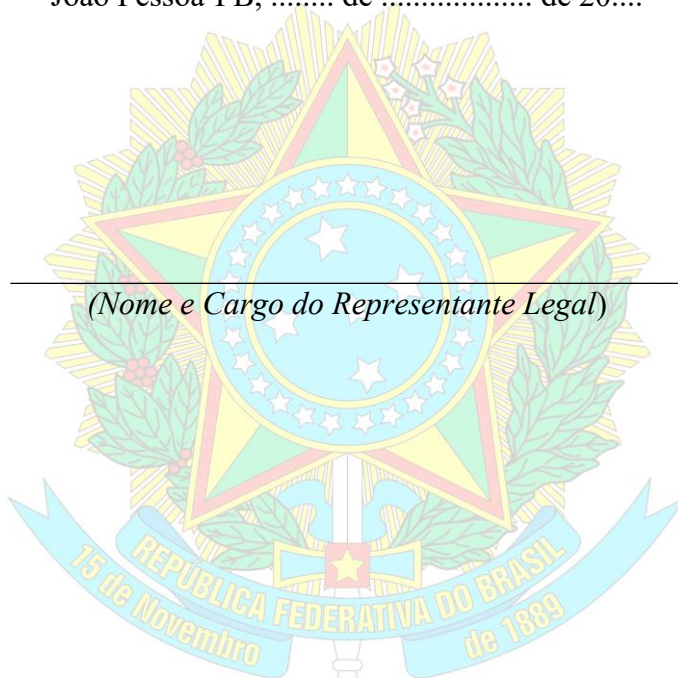
**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DA PARAÍBA
CORE-PB**

ANEXO I

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão Eletrônico nº 01/2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação/aquisição.

João Pessoa-PB, de de 20....



(Nome e Cargo do Representante Legal)



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DA PARAÍBA
CORE-PB**

ANEXO II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS

Cores dos itens:

Cor do Tampo

Pintura Metálica



Carvalho Avelã

Prata Ral

Item 1 – Estação de Trabalho Tipo Plataforma Dupla para 6 Postos de Trabalho



Dimensões Gerais (LxPxH): 3600 x 1200 x 740 mm.

Dimensões do Módulo Duplo (LxPxH): 1200 x 1200 x 740 mm.

Tampos (03 unidades):

- **Dimensões:** 1200 x 1200 mm (cada)
- **Espessura:** 25 mm
- **Material:** MDP revestido em laminado melamínico de baixa pressão.
- **Cor:** Carvalho Avelã.
- **Acabamento:** Encabeçamento em fita reta de PVC na mesma cor do tampo com no mínimo 2 mm de espessura e com quinas arredondadas com raio ergonômico de 2,5 mm de acordo com as NR-17.
- **Recortes no tampo:** 2 recortes retangulares em lados alternados em cada tampo para acoplamento de duas caixas de tomadas elétricas/lógicas.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DA PARAÍBA
CORE-PB**

Caixas de tomadas:

- **Dimensões:** 300 x 100 x 126 mm.
- **Material:** chapa de aço dobrada, composta por tampa, chassis e régua de tomadas, sendo modelo basculante, chassis em formato de “U” para ocultar e proteger os fios e a régua de tomadas com 04 rasgos para colocação de tomadas elétricas (padrão ABNT) e 04 recortes quadrados para colocação de receptores para plug RJ45.

Calhas para Cabos (03 unidades):

- **Modelo:** tipo leito, posicionada paralelamente e sub o tampo.
- **Dimensões:** L 960 x P 340 x H 170 mm para passagem de cabos sob o tampo por toda extensão da mesa, com as extremidades fechadas, mas com 1 recorte 130 x 45 mm em cada extremidade, possibilitando a passagem de fiação oriunda da parede ou do piso que sobe pelos tubos dos pés laterais.
- **Material:** Chapa de aço dobrada em formato de “U” com espessura mínima de 0,6 mm.

Divisor Frontal (03 unidades):

- **Dimensões:** L 1110 x H 300 mm, em formato retangular.
- **Material:** acrílico jateado.
- **Fixação:** Por meio de encaixe sobre pressão no perfil de alumínio em formato de “U”, com vão de aproximadamente L 1150 x P 10 mm para acoplar o painel sobre o tampo.

Longarinas de Sustentação:

- Posicionadas horizontalmente sob o tampo (06 unidades).
- **Dimensões:** 1090 x 85 x 35 mm.
- **Material:** chapa de aço dobradas com espessura de 1,9 mm em formato de chapéu invertido, com dimensão, perfurações e rasgos que permitem o uso das longarinas em qualquer posição em que a mesa esteja no layout.
- **Fixação:** sobre mão francesas soldadas aos pés terminais e centrais. O sistema de fixação deverá impedir qualquer instabilidade, folgas, balanço lateral ou longitudinal das mesas em uso individual ou em conjuntos.

Estrutura

Pés Laterais Modelo Trave (02 unidades)

- **Dimensões:** L 1200 x P 250 x H 673 mm.
- **Material:** chapas em aço SAE 1006/1010 conformadas e tubos 50 x 50 x 1,9 mm.
- Pé trave constituído em tubo 50 x 50 x 1,9 mm, possuindo ângulos internos de 90°.
- 1 furo oblongo 45 x 25 mm para passagem discreta de cabos.
- Sapata niveladora redonda em nylon com Ø 2,5” com parafuso central.

Estrutura central Modelo Shaft (02 unidades)



CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DA PARAÍBA CORE-PB

- **Dimensões:** 800 x 450 x 695 mm.
- **Material:** chapas em aço SAE 1020 conformadas e tubos.
- 04 mãos francesas fabricada em chapa de aço com espessura mínima de 1,9 mm, estampada e repuxada, medindo 248 x 48 x 45 mm.
- 02 colunas em tubo de secção quadrada tubo 50 x 50 x 1,9 mm.
- 01 travessa horizontal 70 x 30 x 1,5 mm unido as colunas.
- 02 placas de fechamento confeccionadas em chapa metálica 0,9 mm fixadas aos tubos.
- vão central entre os tubos verticais de 720 x 50 mm para possibilitar a subida de fiação e a manutenção.
- sapata niveladora redonda em nylon com Ø 2,5” com parafuso central.

Montagem e Acabamento

- União das mãos francesas, tubos, travessas e placas realizada via solda MIG.
- Pré-tratamento superficial com solução de fosfato orgânico por imersão.
- Pintura eletrostática com tinta híbrida (epóxi e poliéster) fosca.
- Cor: Prata Ral.

Documentação Exigida:

- Certificado emitido por organismo acreditado pelo INMETRO conforme norma NBR13966/2008. As informações constantes no certificado deverão ser suficientes para a correta identificação do produto ofertado e ainda vir acompanhado do seu respectivo laudo de avaliação emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro, e/ou OCP que ateste e declare a credibilidade do laboratório que o submeteu aos ensaios e testes que a norma supracitada exige;
- Laudo de profissional médico do trabalho ou Ergonomista ou engenheiro de segurança do trabalho devidamente acreditado pela entidade competente, atestando que o produto ofertado atende aos requisitos da Norma Regulamentadora NR-17 (ergonomia) do Ministério do Trabalho, sendo que deverão vir acompanhados dos documentos comprobatórios no caso do engenheiro ART e CREA, no caso do médico o CRM juntamente com certificado do ministério do trabalho, e no caso do Ergonomista o certificado de registro na ABERGO, onde ambos os documentos comprobatórios dentro do prazo de vigência;
- Apresentar comprovação de atendimento a NBR-14020:2002 e NBR-14024:2004, através do Certificado de conformidade emitido por organismo acreditado pelo INMETRO da respectiva indústria fabricante dos mobiliários;
- Certificado ambiental de cadeia de custódia do FSC ou CERFLOR, em nome do Fabricante do mobiliário comprovando a procedência da madeira proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento;
- Laudo emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO conforme norma NBR 14535:2008 – Para móveis de madeira com superfícies pintadas comprovando que o corpo de prova foi submetido aos ensaios de resistência ao impacto, abrasão e a determinação da aderência do filme, onde o mesmo tenha obtido resultados mínimos de Grau 5 (nenhuma trinca ou fissura) para resistência ao impacto, de < ou = à 180 mg/1000 ciclos (até a 3ª amostragem) para resistência abrasão e de Gr0 (nenhuma área da película destacada) para determinação de aderência do filme, que a norma supracitada exige;
- A empresa fabricante dos produtos deverá apresentar relatório de ensaio ou laudo emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO de acordo com a norma ASTM D3363:2022, para verificação



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DA PARAÍBA
CORE-PB**

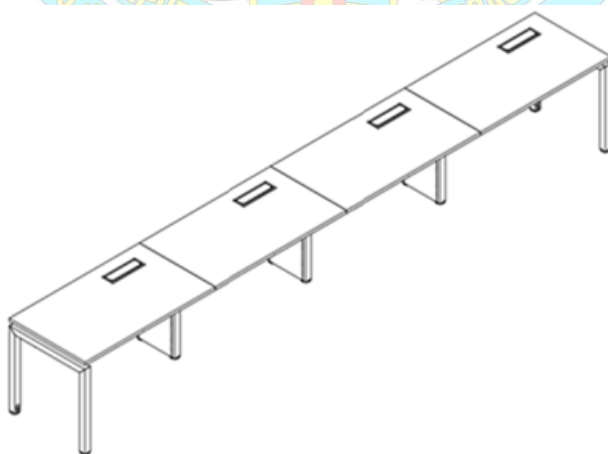
de dureza de filme por teste de lápis, com no mínimo de 4H sem ruptura ou marcação no filme e que não houve qualquer desvio das condições no padrão, incluindo rugosidade no acabamento;

- A empresa fabricante dos produtos deverá apresentar certificado emitido pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) ou outra empresa certificadora, conforme NBR 11003, de Processo de Preparação e Pintura em superfícies, sendo que o documento deverá apresentar em seu escopo os seguintes testes: Determinação de aderência da tinta, Determinação do brilho da superfície, medição não destrutiva da espessura de camada seca de revestimentos aplicados em base, resistência de revestimentos orgânicos para os efeitos de deformação rápida, determinação de dureza ao lápis em tinta aplicada, resistência ao processo de corrosão de acordo com as NBR 17.088, 8095 e 8096;

- A empresa fabricante dos produtos deverá apresentar relatório de ensaio ou laudo emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, no Processo de Preparação e Pintura em superfícies metálicas tais como: Laudo de desempenho do produto de, no mínimo, 1200 horas conforme norma NBR 17.088/2023 – Material metálico revestido e não revestido - Corrosão por exposição à névoa salina, em corpos de prova que contenham uniões soldadas; Apresentar Laudo de desempenho do produto de, no mínimo, 1200 horas conforme norma NBR 8095/2015 – Material metálico revestido e não revestido - Corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada, em corpos de prova que contenham uniões soldadas; Apresentar Laudo de desempenho do produto de, no mínimo, 1200 horas conforme norma NBR 8096/1983 – Material metálico revestido e não revestido - Corrosão por exposição ao dióxido de enxofre, em corpos de prova que contenham uniões soldadas;

- Apresentar Certificado ou Declaração de Garantia, com registro em cartório, emitida pelo fabricante, específica para este processo licitatório, assinada por responsável devidamente acreditado, de no mínimo 05 (cinco) anos contra eventuais defeitos de fabricação de seu mobiliário, e ou no caso o licitante seja uma revenda autorizada, apresentar declaração de autorização de comercialização dos produtos emitida pelo fabricante do mobiliário, sendo específica para este processo licitatório, assinada por responsável devidamente acreditado, com firma reconhecida em cartório, garantindo também por no mínimo 05 (cinco) anos o mobiliário contra eventuais defeitos de fabricação.

Item 2 – Estação de Trabalho Tipo Plataforma Simples para 4 Postos de Trabalho



Dimensões Gerais (LxPxH): 4800 x 700 x 740 mm.

Dimensões do Módulo Duplo (LxPxH): 1200 x 700 x 740 mm.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DA PARAÍBA
CORE-PB**

Tampo (04 unidades)

- **Dimensões:** 1200 x 700 mm, em formato retangular.
- **Espessura:** 25 mm.
- **Material:** MDP revestido com laminado melamínico de baixa pressão.
- **Cor:** Carvalho Avelã.
- **Acabamento:** Encabeçamento em fita reta de PVC na mesma cor do tampo com no mínimo 2 mm de espessura e com quinas arredondadas com raio ergonômico de 2,5 mm de acordo com as NR-17.
- Recortes no tampo para acoplamento de caixa de tomadas elétricas/lógicas.
- **Caixas de tomadas:** 300 x 100 x 100 mm. Material: chapa de aço dobrada, composta por tampa, chassis e régua de tomadas, sendo modelo basculante, chassis em formato de “U” para ocultar e proteger os fios e a régua de tomadas com 04 rasgos para colocação de tomadas elétricas (padrão ABNT) e 04 recortes quadrados para colocação de receptores para plug RJ45.

Calhas para Cabos (04 unidades):

- **Modelo:** tipo leito, posicionada paralelamente e sub o tampo.
- **Dimensões:** L 1020 x P 120 x H 170 mm para passagem de cabos sob o tampo por toda extensão da mesa, com as extremidades fechadas, mas com um recorte 130 x 45 mm em cada extremidade, possibilitando a passagem de fiação oriunda da parede ou do piso que sobe pelos tubos dos pés laterais.
- **Material:** Chapa de aço dobrada em formato de “U” com espessura mínima de 0,6 mm.

Longarinas de Sustentação (04 unidades):

- **Dimensões:** 1090 x 85 x 35 mm.
- **Material:** chapa de aço dobradas com espessura de 1,9 mm em formato de chapéu invertido, com dimensão, perfurações e rasgos que permitem o uso das longarinas em qualquer posição em que a mesa esteja no layout.
- **Fixação:** sobre mão francesas soldadas aos pés laterais e centrais. O sistema de fixação deverá impedir qualquer instabilidade, folgas, balanço lateral ou longitudinal das mesas em uso individual ou em conjuntos.

Estrutura:

Pés Laterais Modelo Trave (02 unidades)

- **Dimensões:** L 700 x P 250 x H 683 mm.
- **Material:** chapas em aço SAE 1020 conformadas e tubos 50 x 50 x 1,9 mm.
- 2 mãos francesas fabricadas em chapa de aço com espessura mínima de 1,9 mm, estampada e repuxada.
- Pé trave constituído em tubo 50 x 50 x 1,9 mm, possuindo ângulos internos de 90°.
- 1 furo oblongo 45 x 25 mm para passagem discreta de cabos.
- Sapata niveladora redonda em nylon com Ø 2,5” mm com parafuso central.

Montagem e Acabamento



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DA PARAÍBA
CORE-PB**

- União das mãos francesas, tubos, travessas e placas realizada via solda MIG.
- Pré-tratamento superficial com solução de fosfato orgânico por imersão.
- Pintura eletrostática com tinta híbrida (epóxi e poliéster) fosca.
- **Cor:** Prata Ral.

Documentação Exigida:

• Certificado emitido por organismo acreditado pelo INMETRO conforme norma NBR13966/2008. As informações constantes no certificado deverão ser suficientes para a correta identificação do produto ofertado e ainda vir acompanhado do seu respectivo laudo de avaliação emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro, e/ou OCP que ateste e declare a credibilidade do laboratório que o submeteu aos ensaios e testes que a norma supracitada exige;

• Laudo de profissional médico do trabalho ou Ergonomista ou engenheiro de segurança do trabalho devidamente acreditado pelo entidade competente, atestando que o produto ofertado atende aos requisitos da Norma Regulamentadora NR-17 (ergonomia) do Ministério do Trabalho, sendo que deverão vir acompanhados dos documentos comprobatórios no caso do engenheiro ART e CREA, no caso do médico o CRM juntamente com certificado do ministério do trabalho, e no caso do Ergonomista o certificado de registro na ABERGO, onde ambos os documentos comprobatórios dentro do prazo de vigência;

• Apresentar comprovação de atendimento a NBR-14020:2002 e NBR-14024:2004, através do Certificado de conformidade emitido por organismo acreditado pelo INMETRO da respectiva indústria fabricante dos mobiliários;

• Certificado ambiental de cadeia de custódia do FSC ou CERFLOR, em nome do Fabricante do mobiliário comprovando a procedência da madeira proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento;

• Laudo emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO conforme norma NBR 14535:2008 – Para móveis de madeira com superfícies pintadas comprovando que o corpo de prova foi submetido aos ensaios de resistência ao impacto, abrasão e a determinação da aderência do filme, onde o mesmo tenha obtido resultados mínimos de Grau 5 (nenhuma trinca ou fissura) para resistência ao impacto, de < ou = à 180 mg/1000 ciclos (até a 3ª amostragem) para resistência abrasão e de Gr0 (nenhuma área da película destacada) para determinação de aderência do filme, que a norma supracitada exige;

• A empresa fabricante dos produtos deverá apresentar relatório de ensaio ou laudo emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO de acordo com a norma ASTM D3363:2022, para verificação de dureza de filme por teste de lápis, com no mínimo de 4H sem ruptura ou marcação no filme e que não houve qualquer desvio das condições no padrão, incluindo rugosidade no acabamento;

• A empresa fabricante dos produtos deverá apresentar certificado emitido pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) ou outra empresa certificadora, conforme NBR 11003, de Processo de Preparação e Pintura em superfícies, sendo que o documento deverá apresentar em seu escopo os seguintes testes: Determinação de aderência da tinta, Determinação do brilho da superfície, medição não destrutiva da espessura de camada seca de revestimentos aplicados em base, resistência de revestimentos orgânicos para os efeitos de deformação rápida, determinação de dureza ao lápis em tinta aplicada, resistência ao processo de corrosão de acordo com as NBR 17.088, 8095 e 8096;

• A empresa fabricante dos produtos deverá apresentar relatório de ensaio ou laudo emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, no Processo de Preparação e Pintura em superfícies metálicas tais como: Laudo de desempenho do produto de, no mínimo, 1200 horas conforme norma NBR 17.088/2023 – Material metálico revestido e não revestido - Corrosão por exposição à névoa salina,



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DA PARAÍBA
CORE-PB**

em corpos de prova que contenham uniões soldadas; Apresentar Laudo de desempenho do produto de, no mínimo, 1200 horas conforme norma NBR 8095/2015 – Material metálico revestido e não revestido - Corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada, em corpos de prova que contenham uniões soldadas; Apresentar Laudo de desempenho do produto de, no mínimo, 1200 horas conforme norma NBR 8096/1983 – Material metálico revestido e não revestido - Corrosão por exposição ao dióxido de enxofre, em corpos de prova que contenham uniões soldadas;

- Apresentar Certificado ou Declaração de Garantia, com registro em cartório, emitida pelo fabricante, específica para este processo licitatório, assinada por responsável devidamente acreditado, de no mínimo 05 (cinco) anos contra eventuais defeitos de fabricação de seu mobiliário, e ou no caso o licitante seja uma revenda autorizada, apresentar declaração de autorização de comercialização dos produtos emitida pelo fabricante do mobiliário, sendo específica para este processo licitatório, assinada por responsável devidamente acreditado, com registro em cartório, garantindo também por no mínimo 05 (cinco) anos o mobiliário contra eventuais defeitos de fabricação.

Item 3 - Mesa de Reunião Modular Retangular



Dimensões: 4000 x 1400 x 740 mm (L x P x H).

Tampo (02 unidades):

- **Dimensões:** 2000 x 1400 mm (cada).
- **Espessura:** 25 mm.
- **Material:** MDP revestido com laminado melamínico de baixa pressão.
- **Cor:** Carvalho Avelã.
- **Acabamento:** Encabeçamento em fita reta de PVC na mesma cor do tampo com no mínimo 2 mm de espessura, com quinas arredondadas com raio ergonômico de 2,5 mm conforme NR-17.
- **Recortes no tampo:** 1 recorte retangular por tampo para acoplamento de caixa de tomadas elétricas/lógicas.
- **Caixas de tomadas:** Dimensões: 300 x 100 x 126 mm. Material: chapa de aço dobrada, composta por tampa, chassi e régua de tomadas, modelo basculante, com abertura de 105°, chassi



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DA PARAÍBA
CORE-PB**

em formato de “U” para ocultar e proteger os fios e régua com 04 rasgos para tomadas elétricas (padrão ABNT) e 04 recortes quadrados para receptores RJ45.

Calhas para Cabos (02 unidades):

- **Modelo:** tipo leito.
- **Dimensões:** 1300 x 357 x 170 mm.
- **Material:** Chapa de aço dobrada em formato de “V” com espessura mínima de 0,6 mm.

Longarinas de Sustentação (04 unidades):

- **Dimensões:** 1390 x 85 x 35 mm.
- **Material:** chapa de aço dobrada com espessura de 1,9 mm em formato de chapéu invertido, com dimensão, perfurações e rasgos que permitem o uso das longarinas em qualquer posição em que a mesa esteja no layout.
- **Fixação:** sobre mão francesas soldadas aos pés laterais e centrais. O sistema de fixação deverá impedir qualquer instabilidade, folgas, balanço lateral ou longitudinal das mesas em uso individual ou em conjuntos.

Estrutura

Pés Shaft (03 unidades)

- **Dimensões:** L 800 x P 73 x H 715 mm (cada).
- **Material:** chapas em aço SAE 1020 conformadas e tubos 50 x 50 x 1,9 mm.
- 02 mãos francesas por pé lateral e 04 no pé central, fabricadas em chapa de aço com espessura mínima de 1,9 mm, estampada e repuxada.
- 02 colunas por pé, constituído em tubo 50 x 50 x 1,9 mm.
- 01 travessa horizontal 70 x 30 x 1,5 mm unido as colunas.
- 02 placas de fechamento por pé, confeccionadas em chapa metálica 0,9 mm fixadas aos tubos.
- Vão central entre os tubos verticais de 720 x 50 mm para possibilitar a subida de fiação e a manutenção.
- Sapata niveladora redonda em nylon com Ø 63 mm com parafuso central com rosca 3/8” x 15 mm.

Montagem e Acabamento

- União das mãos francesas, tubos, travessas e placas realizada via solda MIG.
- Pré-tratamento superficial com solução de fosfato orgânico por imersão.
- Pintura eletrostática com tinta híbrida (epóxi e poliéster) fosca.
- **Cor:** Prata Ral.

Documentação Exigida:

- Certificado emitido por organismo acreditado pelo INMETRO conforme norma NBR13966/2008. As informações constantes no certificado deverão ser suficientes para a correta identificação do produto ofertado e ainda vir acompanhado do seu respectivo laudo de avaliação



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DA PARAÍBA
CORE-PB**

emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro, e/ou OCP que ateste e declare a credibilidade do laboratório que o submeteu aos ensaios e testes que a norma supracitada exige;

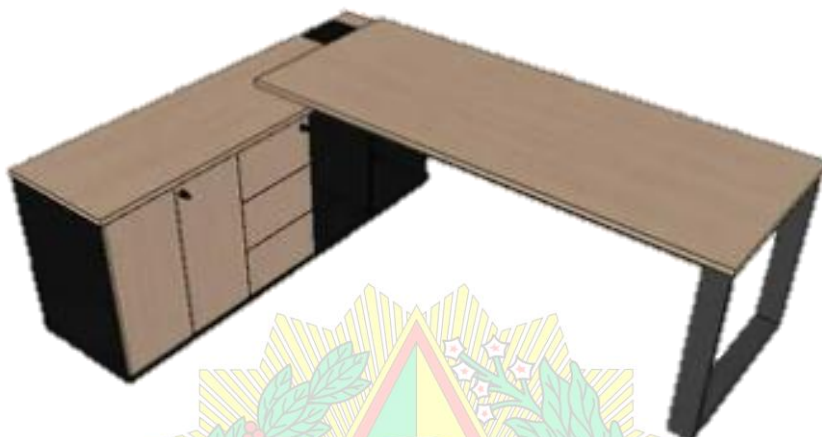
- Laudo de profissional médico do trabalho ou Ergonomista ou engenheiro de segurança do trabalho devidamente acreditado pelo entidade competente, atestando que o produto ofertado atende aos requisitos da Norma Regulamentadora NR-17 (ergonomia) do Ministério do Trabalho, sendo que deverão vir acompanhados dos documentos comprobatórios no caso do engenheiro ART e CREA, no caso do médico o CRM juntamente com certificado do ministério do trabalho, e no caso do Ergonomista o certificado de registro na ABERGO, onde ambos os documentos comprobatórios dentro do prazo de vigência;
- Apresentar comprovação de atendimento a NBR-14020:2002 e NBR-14024:2004, através do Certificado de conformidade emitido por organismo acreditado pelo INMETRO da respectiva indústria fabricante dos mobiliários;
- Certificado ambiental de cadeia de custódia do FSC ou CERFLOR, em nome do Fabricante do mobiliário comprovando a procedência da madeira proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento;
- Laudo emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO conforme norma NBR 14535:2008 – Para móveis de madeira com superfícies pintadas comprovando que o corpo de prova foi submetido aos ensaios de resistência ao impacto, abrasão e a determinação da aderência do filme, onde o mesmo tenha obtido resultados mínimos de Grau 5 (nenhuma trinca ou fissura) para resistência ao impacto, de < ou = à 180 mg/1000 ciclos (até a 3ª amostragem) para resistência abrasão e de Gr0 (nenhuma área da película destacada) para determinação de aderência do filme, que a norma supracitada exige;
- A empresa fabricante dos produtos deverá apresentar relatório de ensaio ou laudo emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO de acordo com a norma ASTM D3363:2022, para verificação de dureza de filme por teste de lápis, com no mínimo de 4H sem ruptura ou marcação no filme e que não houve qualquer desvio das condições no padrão, incluindo rugosidade no acabamento;
- A empresa fabricante dos produtos deverá apresentar certificado emitido pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) ou outra empresa certificadora, conforme NBR 11003, de Processo de Preparação e Pintura em superfícies, sendo que o documento deverá apresentar em seu escopo os seguintes testes: Determinação de aderência da tinta, Determinação do brilho da superfície, medição não destrutiva da espessura de camada seca de revestimentos aplicados em base, resistência de revestimentos orgânicos para os efeitos de deformação rápida, determinação de dureza ao lápis em tinta aplicada, resistência ao processo de corrosão de acordo com as NBR 17.088, 8095 e 8096;
- A empresa fabricante dos produtos deverá apresentar relatório de ensaio ou laudo emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, no Processo de Preparação e Pintura em superfícies metálicas tais como: Laudo de desempenho do produto de, no mínimo, 1200 horas conforme norma NBR 17.088/2023 – Material metálico revestido e não revestido - Corrosão por exposição à névoa salina, em corpos de prova que contenham uniões soldadas; Apresentar Laudo de desempenho do produto de, no mínimo, 1200 horas conforme norma NBR 8095/2015 – Material metálico revestido e não revestido - Corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada, em corpos de prova que contenham uniões soldadas; Apresentar Laudo de desempenho do produto de, no mínimo, 1200 horas conforme norma NBR 8096/1983 – Material metálico revestido e não revestido - Corrosão por exposição ao dióxido de enxofre, em corpos de prova que contenham uniões soldadas;
- Apresentar Certificado ou Declaração de Garantia, com registro em cartório, emitida pelo fabricante, específica para este processo licitatório, assinada por responsável devidamente acreditado, de no mínimo 05 (cinco) anos contra eventuais defeitos de fabricação de seu mobiliário, e ou no caso o licitante seja uma revenda autorizada, apresentar declaração de autorização de comercialização dos



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DA PARAÍBA
CORE-PB**

produtos emitida pelo fabricante do mobiliário, sendo específica para este processo licitatório, assinada por responsável devidamente acreditado, com registro em cartório, garantindo também por no mínimo 05 (cinco) anos o mobiliário contra eventuais defeitos de fabricação.

Item 4 – Mesa em L



Dimensões (LxPxH): 1600 x 1400 x 740 mm.

Tampo (01 unidade):

- **Dimensões:** 1400 x 600 mm.
- **Espessura:** 25 mm.
- **Material:** MDP revestido com laminado melamínico de baixa pressão.
- **Cor:** Carvalho Avelã.
- **Acabamento:** Encabeçamento em fita reta de PVC na mesma cor do tampo com no mínimo 2 mm de espessura, com quinas arredondadas com raio ergonômico de 2,5 mm conforme NR-17.
- **Recortes no tampo:** 1 recorte retangular para acoplamento de caixa de tomadas elétricas/lógicas.
- **Caixas de tomadas:** Dimensões: 300 x 100 x 126 mm. Material: chapa de aço dobrada, composta por tampa, chassi e régua de tomadas, modelo basculante, com abertura de 105°, chassi em formato de “U” para ocultar e proteger os fios e régua com 04 rasgos para tomadas elétricas (padrão ABNT) e 04 recortes quadrados para receptores RJ45.

Painel (01 unidade):

- **Dimensões:** 1000 x 300 mm.
- **Espessura:** 18 mm.
- **Material:** MDP revestido com laminado melamínico de baixa pressão.
- **Cor:** Carvalho Avelã.
- **Acabamento:** Encabeçamento em fita de PVC na mesma cor da peça, com espessura mínima de 1 mm.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DA PARAÍBA
CORE-PB**

Longarina de Sustentação (02 unidades):

- **Dimensões:** 1290 x 85 x 35 mm.
- **Material:** chapa de aço dobrada com espessura de 1,9 mm em formato de chapéu invertido, com dimensão, perfurações e rasgos que permitem o uso das longarinas em qualquer posição em que a mesa esteja no layout.
- **Fixação:** sobre mão francesa soldada aos pés terminais e diretamente sobre o tampo do armário. O sistema de fixação deverá impedir qualquer instabilidade, folgas, balanço lateral ou longitudinal das mesas em uso individual ou em conjuntos.

Estrutura:

Pés Lateral Modelo Quadro (01 unidade)

- **Dimensões:** L 600 x P 250 x H 666 mm.
- **Material:** chapas em aço SAE 1020 conformadas e tubos 50 x 50 x 1,9 mm.
- 02 mãos francesas, fabricadas em chapa de aço com espessura mínima de 1,9 mm, estampada e repuxada (248 x 48 x 45 mm).
- Estrutura em tubos retangulares, constituído em tubo 70 x 30 x 1,5 mm com ângulos internos de 90°.
- Sapata niveladora redonda em nylon com Ø 63 mm com parafuso central com rosca.

Armário (01 unidade)

- **Contendo:** 01 armário com 1 porta, 01 gaveteiro com 2 gavetas simples e 1 gaveta pasta, 01 armário aberto com 4 nichos.
- **Espessura:** 25 mm.
- **Material:** MDP revestido com laminado melamínico de baixa pressão.
- **Cor:** Carvalho Avelã.
- **Acabamento:** Encabeçamento em fita reta de PVC na mesma cor do tampo com no mínimo 2 mm de espessura, com quinas arredondadas com raio ergonômico de 2,5 mm conforme NR-17.
- **Recortes no tampo:** 1 recorte retangular para acoplamento de caixa de tomadas elétricas/lógicas.
- **Caixas de tomadas:** Dimensões: 300 x 100 x 126 mm. Material: chapa de aço dobrada, composta por tampa, chassis e régua de tomadas, modelo basculante, com abertura de 105°, chassis em formato de “U” para ocultar e proteger os fios e régua com 04 rasgos para tomadas elétricas (padrão ABNT) e 04 recortes quadrados para receptores RJ45.

Armário com porta

- **Contendo:** 01 base, 01 prateleira móvel, 01 sub tampo, 01 fundo, 01 porta e 02 laterais.
- **Espessura:** 18 mm.
- **Material:** MDP revestido com laminado melamínico de baixa pressão.
- **Cor:** Carvalho Avelã.
- **Acabamento do Tampo e das Portas:** Encabeçamento em fita reta de PVC na mesma cor do tampo com no mínimo 2 mm de espessura, com quinas arredondadas com raio ergonômico de 2,5 mm conforme NR-17.
- Prateleira móvel apoiada por suportes tipo pino metálico.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DA PARAÍBA
CORE-PB**

- Sustentação da porta por duas dobradiças de pressão, em aço com acabamento zincado.
- Fechadura cilíndrica com travamento por lingueta lateral, acompanhada de 02 chaves.
- Puxador metálico tipo barra em zamak com formato de prisma com acabamento níquel escovado ou acetinado.
- Sapatas niveladoras, Ø 2", em nylon, com regulagem interna.

Gaveteiro

- **Contendo:** Caixa (laterais, fundo e base), frente das gavetas e gaveta em aço.
- **Caixa e frente das gavetas:**
 - **Espessura:** 18 mm.
 - **Material:** MDP revestido com laminado melamínico de baixa pressão.
 - **Cor:** Carvalho Avelã.
 - **Acabamento:** Encabeçamento em fita reta de PVC na mesma cor do tampo com no mínimo 2 mm de espessura, com quinas arredondadas com raio ergonômico de 2,5 mm conforme NR-17.
- **Gavetas simples (02 unidades):**
 - **Altura:** 93 mm.
 - **Material:** chapa de aço dobrada com espessura de 0,6 mm, com acabamento epóxi eletrostático.
 - **Corrediças:** metálicas com abertura $\frac{3}{4}$ do comprimento nominal e deslizamento suave por meio de roldanas de poliacetal auto lubrificadas, com duplo travamento quando aberta.
- **Gaveta pasta (01 unidade):**
 - **Material:** chapa de aço 1,2 mm de espessura.
 - Trilhos telescópicos 400 x 45 mm, em aço relaminado com acabamento em Zinco eletrolítico cromatizado, de abertura total e prolongamento de curso em 27 mm do comprimento nominal.
 - **Capacidade:** 45 kg.
 - **Puxadores:** metálicos tipo barra em zamak com formato de prisma com acabamento níquel escovado ou acetinado.
 - **Fechadura:** frontal com trava simultânea das gavetas, acompanhada de 02 chaves.
 - Sapatas niveladoras, Ø 2", em nylon, com regulagem interna.

Armário Aberto com 4 Nichos

- **Contendo:** 01 base, 02 prateleiras fixas, 01 fundo, 01 divisor vertical e 02 laterais.
- Espessura: 18 mm.
- **Material:** MDP revestido com laminado melamínico de baixa pressão.
- **Cor:** Carvalho Avelã.
- **Acabamento:** Encabeçamento em fita reta de PVC na mesma cor do tampo com no mínimo 1 mm de espessura, com quinas arredondadas com raio ergonômico de 2,5 mm conforme NR-17.
- Sapatas niveladoras, Ø 2", em nylon, com regulagem interna.

Montagem e Acabamento:



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DA PARAÍBA
CORE-PB**

- União das partes metálicas realizada via solda MIG.
- Pré-tratamento superficial com solução de fosfato orgânico por imersão.
- Pintura eletrostática com tinta híbrida (epóxi e poliéster) fosca.
- **Cor:** Prata Ral.

Documentação Exigida:

- Certificado emitido por organismo acreditado pelo INMETRO conforme norma NBR13966/2008. As informações constantes no certificado deverão ser suficientes para a correta identificação do produto ofertado e ainda vir acompanhado do seu respectivo laudo de avaliação emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro, e/ou OCP que ateste e declare a credibilidade do laboratório que o submeteu aos ensaios e testes que a norma supracitada exige;
- Laudo de profissional médico do trabalho ou Ergonomista ou engenheiro de segurança do trabalho devidamente acreditado pela entidade competente, atestando que o produto ofertado atende aos requisitos da Norma Regulamentadora NR-17 (ergonomia) do Ministério do Trabalho, sendo que deverão vir acompanhados dos documentos comprobatórios no caso do engenheiro ART e CREA, no caso do médico o CRM juntamente com certificado do ministério do trabalho, e no caso do Ergonomista o certificado de registro na ABERGO, onde ambos os documentos comprobatórios dentro do prazo de vigência;
- Apresentar comprovação de atendimento a NBR-14020:2002 e NBR-14024:2004, através do Certificado de conformidade emitido por organismo acreditado pelo INMETRO da respectiva indústria fabricante dos mobiliários;
- Certificado ambiental de cadeia de custódia do FSC ou CERFLOR, em nome do Fabricante do mobiliário comprovando a procedência da madeira proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento;
- Laudo emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO conforme norma NBR 14535:2008 – Para móveis de madeira com superfícies pintadas comprovando que o corpo de prova foi submetido aos ensaios de resistência ao impacto, abrasão e a determinação da aderência do filme, onde o mesmo tenha obtido resultados mínimos de Grau 5 (nenhuma trinca ou fissura) para resistência ao impacto, de < ou = à 180 mg/1000 ciclos (até a 3ª amostragem) para resistência abrasão e de Gr0 (nenhuma área da película destacada) para determinação de aderência do filme, que a norma supracitada exige;
- A empresa fabricante dos produtos deverá apresentar relatório de ensaio ou laudo emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO de acordo com a norma ASTM D3363:2022, para verificação de dureza de filme por teste de lápis, com no mínimo de 4H sem ruptura ou marcação no filme e que não houve qualquer desvio das condições no padrão, incluindo rugosidade no acabamento;
- A empresa fabricante dos produtos deverá apresentar certificado emitido pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) ou outra empresa certificadora, conforme NBR 11003, de Processo de Preparação e Pintura em superfícies, sendo que o documento deverá apresentar em seu escopo os seguintes testes: Determinação de aderência da tinta, Determinação do brilho da superfície, medição não destrutiva da espessura de camada seca de revestimentos aplicados em base, resistência de revestimentos orgânicos para os efeitos de deformação rápida, determinação de dureza ao lápis em tinta aplicada, resistência ao processo de corrosão de acordo com as NBR 17.088, 8095 e 8096;
- A empresa fabricante dos produtos deverá apresentar relatório de ensaio ou laudo emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, no Processo de Preparação e Pintura em superfícies metálicas tais como: Laudo de desempenho do produto de, no mínimo, 1200 horas conforme norma NBR 17.088/2023 – Material metálico revestido e não revestido - Corrosão por exposição à névoa salina, em corpos de prova que contenham uniões soldadas; Apresentar Laudo de desempenho do produto de, no mínimo, 1200 horas conforme norma NBR 8095/2015 – Material metálico revestido e não



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DA PARAÍBA
CORE-PB**

revestido - Corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada, em corpos de prova que contenham uniões soldadas; Apresentar Laudo de desempenho do produto de, no mínimo, 1200 horas conforme norma NBR 8096/1983 – Material metálico revestido e não revestido - Corrosão por exposição ao dióxido de enxofre, em corpos de prova que contenham uniões soldadas;

- Apresentar Certificado ou Declaração de Garantia, com registro em cartório, emitida pelo fabricante, específica para este processo licitatório, assinada por responsável devidamente acreditado, de no mínimo 05 (cinco) anos contra eventuais defeitos de fabricação de seu mobiliário, e ou no caso o licitante seja uma revenda autorizada, apresentar declaração de autorização de comercialização dos produtos emitida pelo fabricante do mobiliário, sendo específica para este processo licitatório, assinada por responsável devidamente acreditado, com firma reconhecida em cartório, garantindo também por no mínimo 05 (cinco) anos o mobiliário contra eventuais defeitos de fabricação.

Item 5 – Mesa Disco Média Lateral



Dimensões gerais: Ø 300 x 740 mm (DxH).

Tampo (01 unidade):

- **Dimensões:** Circular, com Ø 300 mm.
- **Espessura:** 25 mm.
- **Material:** MDP revestido com laminado melamínico de baixa pressão.
- **Cor:** Laca
- **Acabamento:** Encabeçamento em fita reta de PVC na mesma cor do tampo com no mínimo 2 mm de espessura, com quinas arredondadas com raio ergonômico de 2,5 mm conforme NR-17.

Estrutura Inteiriça:

Base Inferior:

- **Dimensões:** Circular, com Ø 300 mm.
- **Espessura:** 1/4”.
- **Material:** Chapa de aço.
- **Cor:** Prata Ral.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DA PARAÍBA
CORE-PB**

- **Detalhe:** Furo central Ø 40 mm para união com a coluna, fixação por parafuso 3/8" x 3/4".

Coluna de Sustentação:

- **Altura:** 705 mm.
- **Espessura:** 1,5 mm.
- **Diâmetro:** Ø 2 ½".
- **Material:** Tubo metálico circular.

Travessas Superiores (04 unidades):

- **Comprimento:** 195 mm (cada).
- **Material:** Tubo retangular 30 x 20 x 1,06 mm.
- **Fixação:** Extremidades soldadas no tubo da coluna de sustentação.
- **Ponteiras:** Em nylon, nas extremidades externas.

Montagem e Acabamento:

- Pré-tratamento superficial com solução de fosfato orgânico por imersão.
- Pintura eletrostática com tinta híbrida (epóxi e poliéster) fosca.
- **Cor:** Prata Ral.

Documentação Exigida:

• Laudo de profissional médico do trabalho ou Ergonomista ou engenheiro de segurança do trabalho devidamente acreditado pela entidade competente, atestando que o produto ofertado atende aos requisitos da Norma Regulamentadora NR-17 (ergonomia) do Ministério do Trabalho, sendo que deverão vir acompanhados dos documentos comprobatórios no caso do engenheiro ART e CREA, no caso do médico o CRM juntamente com certificado do ministério do trabalho, e no caso do Ergonomista o certificado de registro na ABERGO, onde ambos os documentos comprobatórios dentro do prazo de vigência;

• Apresentar comprovação de atendimento a NBR-14020:2002 e NBR-14024:2004, através do Certificado de conformidade emitido por organismo acreditado pelo INMETRO da respectiva indústria fabricante dos mobiliários;

• Certificado ambiental de cadeia de custódia do FSC ou CERFLOR, em nome do Fabricante do mobiliário comprovando a procedência da madeira proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento;

• Laudo emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO conforme norma NBR 14535:2008 – Para móveis de madeira com superfícies pintadas comprovando que o corpo de prova foi submetido aos ensaios de resistência ao impacto, abrasão e a determinação da aderência do filme, onde o mesmo tenha obtido resultados mínimos de Grau 5 (nenhuma trinca ou fissura) para resistência ao impacto, de < ou = à 180 mg/1000 ciclos (até a 3ª amostragem) para resistência abrasão e de Gr0 (nenhuma área da película destacada) para determinação de aderência do filme, que a norma supracitada exige;

• A empresa fabricante dos produtos deverá apresentar relatório de ensaio ou laudo emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO de acordo com a norma ASTM D3363:2022, para verificação de dureza de filme por teste de lápis, com no mínimo de 4H sem ruptura ou marcação no filme e que não houve qualquer desvio das condições no padrão, incluindo rugosidade no acabamento;



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DA PARAÍBA
CORE-PB**

- A empresa fabricante dos produtos deverá apresentar certificado emitido pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) ou outra empresa certificadora, conforme NBR 11003, de Processo de Preparação e Pintura em superfícies, sendo que o documento deverá apresentar em seu escopo os seguintes testes: Determinação de aderência da tinta, Determinação do brilho da superfície, medição não destrutiva da espessura de camada seca de revestimentos aplicados em base, resistência de revestimentos orgânicos para os efeitos de deformação rápida, determinação de dureza ao lápis em tinta aplicada, resistência ao processo de corrosão de acordo com as NBR 17.088, 8095 e 8096;

- A empresa fabricante dos produtos deverá apresentar relatório de ensaio ou laudo emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, no Processo de Preparação e Pintura em superfícies metálicas tais como: Laudo de desempenho do produto de, no mínimo, 1200 horas conforme norma NBR 17.088/2023 – Material metálico revestido e não revestido - Corrosão por exposição à névoa salina, em corpos de prova que contenham uniões soldadas; Apresentar Laudo de desempenho do produto de, no mínimo, 1200 horas conforme norma NBR 8095/2015 – Material metálico revestido e não revestido - Corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada, em corpos de prova que contenham uniões soldadas; Apresentar Laudo de desempenho do produto de, no mínimo, 1200 horas conforme norma NBR 8096/1983 – Material metálico revestido e não revestido - Corrosão por exposição ao dióxido de enxofre, em corpos de prova que contenham uniões soldadas;

- Apresentar Certificado ou Declaração de Garantia, com registro em cartório, emitida pelo fabricante, específica para este processo licitatório, assinada por responsável devidamente acreditado, de no mínimo 05 (cinco) anos contra eventuais defeitos de fabricação de seu mobiliário, e ou no caso o licitante seja uma revenda autorizada, apresentar declaração de autorização de comercialização dos produtos emitida pelo fabricante do mobiliário, sendo específica para este processo licitatório, assinada por responsável devidamente acreditado, com firma reconhecida em cartório, garantindo também por no mínimo 05 (cinco) anos o mobiliário contra eventuais defeitos de fabricação.

Item 6 – Mesa Retã



Dimensões Gerais: 1200 x 600 x 740 mm (L x P x H).

Tampo (01 unidade):

- **Espessura:** 25 mm.
- **Material:** MDP revestido com laminado melamínico de baixa pressão.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DA PARAÍBA
CORE-PB**

Cor: Carvalho Avelã.

Acabamento: Encabeçamento em

fita reta de PVC na mesma cor do tampo com no mínimo 2 mm de espessura e com quinas arredondadas com raio ergonômico de 2,5 mm de acordo com as NR-17.

- **Recorte no tampo para passa fio:**
 - **Material:** PVC rígido.
 - **Diâmetro mínimo:** Ø 60 mm.

Estrutura Metálica

Pés Laterais (02 unidades):

- **Material:** chapas em aço SAE 1006/1010 conformadas e composta por base inferior, coluna e base superior para suporte do tampo.
- **Base Inferior:**
 - **Dimensões:** 564 x 60 x 30 mm.
 - **Espessura:** 1,5 mm.
 - **Material:** chapa de aço, estampada e repuxada
 - Sapatas niveladoras, Ø 63 mm, em nylon, fixadas com parafuso central com rosca.
- **Coluna:**
 - **Dimensões:** 77 x 40 x 685 mm.
 - **Material:** tubo de aço em formato oblongo.
 - **Espessura:** 1,2 mm.
- **Base Superior:**
 - **Dimensões:** 340 x 43 x 35 mm.
 - **Espessura:** 3,0 mm.
 - **Material:** chapa de aço, estampada e dobrada.

Painel Frontal Estrutural (01 unidade):

- **Dimensões:** 1092 x 15 x 350 mm.
- **Material:** MDP revestido com laminado melamínico de baixa pressão.
- **Cor:** Carvalho Avelã.
- **Acabamento:** Encabeçamento em fita reta de PVC na mesma cor do tampo com no mínimo 1 mm de espessura e com quinas arredondadas com raio ergonômico de 2,5 mm de acordo com as NR-17.

Montagem e Acabamento

- Pré-tratamento superficial com solução de fosfato orgânico por imersão.
- Pintura eletrostática com tinta híbrida (epóxi e poliéster) fosca.
- **Cor:** Prata Ral.

Documentação Exigida:

- Certificado emitido por organismo acreditado pelo INMETRO conforme norma NBR13966/2008. As informações constantes no certificado deverão ser suficientes para a correta



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DA PARAÍBA
CORE-PB**

identificação do produto ofertado e ainda vir acompanhado do seu respectivo laudo de avaliação emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro, e/ou OCP que ateste e declare a credibilidade do laboratório que o submeteu aos ensaios e testes que a norma supracitada exige;

- Laudo de profissional médico do trabalho ou Ergonomista ou engenheiro de segurança do trabalho devidamente acreditado pela entidade competente, atestando que o produto ofertado atende aos requisitos da Norma Regulamentadora NR-17 (ergonomia) do Ministério do Trabalho, sendo que deverão vir acompanhados dos documentos comprobatórios no caso do engenheiro ART e CREA, no caso do médico o CRM juntamente com certificado do ministério do trabalho, e no caso do Ergonomista o certificado de registro na ABERGO, onde ambos os documentos comprobatórios dentro do prazo de vigência;

- Apresentar comprovação de atendimento a NBR-14020:2002 e NBR-14024:2004, através do Certificado de conformidade emitido por organismo acreditado pelo INMETRO da respectiva indústria fabricante dos mobiliários;

- Certificado ambiental de cadeia de custódia do FSC ou CERFLOR, em nome do Fabricante do mobiliário comprovando a procedência da madeira proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento;

- Laudo emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO conforme norma NBR 14535:2008 – Para móveis de madeira com superfícies pintadas comprovando que o corpo de prova foi submetido aos ensaios de resistência ao impacto, abrasão e a determinação da aderência do filme, onde o mesmo tenha obtido resultados mínimos de Grau 5 (nenhuma trinca ou fissura) para resistência ao impacto, de < ou = à 180 mg/1000 ciclos (até a 3ª amostragem) para resistência abrasão e de Gr0 (nenhuma área da película destacada) para determinação de aderência do filme, que a norma supracitada exige;

- A empresa fabricante dos produtos deverá apresentar relatório de ensaio ou laudo emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO de acordo com a norma ASTM D3363:2022, para verificação de dureza de filme por teste de lápis, com no mínimo de 4H sem ruptura ou marcação no filme e que não houve qualquer desvio das condições no padrão, incluindo rugosidade no acabamento;

- A empresa fabricante dos produtos deverá apresentar certificado emitido pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) ou outra empresa certificadora, conforme NBR 11003, de Processo de Preparação e Pintura em superfícies, sendo que o documento deverá apresentar em seu escopo os seguintes testes: Determinação de aderência da tinta, Determinação do brilho da superfície, medição não destrutiva da espessura de camada seca de revestimentos aplicados em base, resistência de revestimentos orgânicos para os efeitos de deformação rápida, determinação de dureza ao lápis em tinta aplicada, resistência ao processo de corrosão de acordo com as NBR 17.088, 8095 e 8096;

- A empresa fabricante dos produtos deverá apresentar relatório de ensaio ou laudo emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, no Processo de Preparação e Pintura em superfícies metálicas tais como: Laudo de desempenho do produto de, no mínimo, 1200 horas conforme norma NBR 17.088/2023 – Material metálico revestido e não revestido - Corrosão por exposição à névoa salina, em corpos de prova que contenham uniões soldadas; Apresentar Laudo de desempenho do produto de, no mínimo, 1200 horas conforme norma NBR 8095/2015 – Material metálico revestido e não revestido - Corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada, em corpos de prova que contenham uniões soldadas; Apresentar Laudo de desempenho do produto de, no mínimo, 1200 horas conforme norma NBR 8096/1983 – Material metálico revestido e não revestido - Corrosão por exposição ao dióxido de enxofre, em corpos de prova que contenham uniões soldadas;

- Apresentar Certificado ou Declaração de Garantia, com registro em cartório, emitida pelo fabricante, específica para este processo licitatório, assinada por responsável devidamente acreditado, de no mínimo 05 (cinco) anos contra eventuais defeitos de fabricação de seu mobiliário, e ou no caso



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DA PARAÍBA
CORE-PB**

o licitante seja uma revenda autorizada, apresentar declaração de autorização de comercialização dos produtos emitida pelo fabricante do mobiliário, sendo específica para este processo licitatório, assinada por responsável devidamente acreditado, com firma reconhecida em cartório, garantindo também por no mínimo 05 (cinco) anos o mobiliário contra eventuais defeitos de fabricação.

Item 7 – Mesa de Reunião Redonda



Dimensões: 1200 x 740 mm (DxH).

Tampo (01 unidade):

- **Espessura:** 25 mm.
- **Material:** MDP revestido com laminado melamínico de baixa pressão.
- **Cor:** Carvalho Avelã.
- **Acabamento:** Encabeçamento em fita reta de PVC na mesma cor do tampo com no mínimo 2 mm de espessura e com quinas arredondadas com raio ergonômico de 2,5 mm de acordo com as NR-17.
- **Recortes no tampo:** 1 recorte retangular centralizado para acoplamento de caixa de tomadas elétricas/lógicas.
- **Caixa de tomadas:** dimensões: 130 x 100 x 126 mm. Material: chapa de aço dobrada, composta por tampa, chassi e régua de tomadas, sendo modelo basculante, chassi em formato de “U” para ocultar e proteger os fios e a régua de tomadas com 04 rasgos para colocação de tomadas elétricas (padrão ABNT) e 04 recortes quadrados para colocação de receptores para plug RJ45.

Estrutura Inteira:

Base Inferior:

- **Dimensões:** 410 x 60 x 30 mm.
- **Espessura:** 1,5 mm.
- **Material:** Chapa de aço SAE 1006/1010.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DA PARAÍBA
CORE-PB**

Coluna de Sustentação:

- **Altura:** 565 mm.
- **Espessura:** 1,9 mm.
- **Diâmetro:** Ø 4”.
- **Material:** Tubo de aço circular.
- Possibilita a subida de cabos do piso ao tampo de forma discreta e funcional.

Base Superior para Apoio do Tampo:

- **Dimensões:** 410 x 60 x 30 mm.
- **Material:** Chapa de aço estampada e repuxada.
- **Espessura:** 1,5 mm.

Montagem e Acabamento

- Pré-tratamento superficial com solução de fosfato orgânico por imersão.
- Pintura eletrostática com tinta híbrida (epóxi e poliéster) fosca.
- **Cor:** Prata Ral.

Documentação Exigida:

• Certificado emitido por organismo acreditado pelo INMETRO conforme norma NBR13966/2008. As informações constantes no certificado deverão ser suficientes para a correta identificação do produto ofertado e ainda vir acompanhado do seu respectivo laudo de avaliação emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro, e/ou OCP que ateste e declare a credibilidade do laboratório que o submeteu aos ensaios e testes que a norma supracitada exige;

• Laudo de profissional médico do trabalho ou Ergonomista ou engenheiro de segurança do trabalho devidamente acreditado pela entidade competente, atestando que o produto ofertado atende aos requisitos da Norma Regulamentadora NR-17 (ergonomia) do Ministério do Trabalho, sendo que deverão vir acompanhados dos documentos comprobatórios no caso do engenheiro ART e CREA, no caso do médico o CRM juntamente com certificado do ministério do trabalho, e no caso do Ergonomista o certificado de registro na ABERGO, onde ambos os documentos comprobatórios dentro do prazo de vigência;

• Apresentar comprovação de atendimento a NBR-14020:2002 e NBR-14024:2004, através do Certificado de conformidade emitido por organismo acreditado pelo INMETRO da respectiva indústria fabricante dos mobiliários;

• Certificado ambiental de cadeia de custódia do FSC ou CERFLOR, em nome do Fabricante do mobiliário comprovando a procedência da madeira proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento;

• Laudo emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO conforme norma NBR 14535:2008 – Para móveis de madeira com superfícies pintadas comprovando que o corpo de prova foi submetido aos ensaios de resistência ao impacto, abrasão e a determinação da aderência do filme, onde o mesmo tenha obtido resultados mínimos de Grau 5 (nenhuma trinca ou fissura) para resistência ao impacto, de < ou = à 180 mg/1000 ciclos (até a 3ª amostragem) para resistência abrasão e de Gr0 (nenhuma área da película destacada) para determinação de aderência do filme, que a norma supracitada exige;

• A empresa fabricante dos produtos deverá apresentar relatório de ensaio ou laudo emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO de acordo com a norma ASTM D3363:2022, para verificação



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DA PARAÍBA
CORE-PB**

de dureza de filme por teste de lápis, com no mínimo de 4H sem ruptura ou marcação no filme e que não houve qualquer desvio das condições no padrão, incluindo rugosidade no acabamento;

- A empresa fabricante dos produtos deverá apresentar certificado emitido pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) ou outra empresa certificadora, conforme NBR 11003, de Processo de Preparação e Pintura em superfícies, sendo que o documento deverá apresentar em seu escopo os seguintes testes: Determinação de aderência da tinta, Determinação do brilho da superfície, medição não destrutiva da espessura de camada seca de revestimentos aplicados em base, resistência de revestimentos orgânicos para os efeitos de deformação rápida, determinação de dureza ao lápis em tinta aplicada, resistência ao processo de corrosão de acordo com as NBR 17.088, 8095 e 8096;

- A empresa fabricante dos produtos deverá apresentar relatório de ensaio ou laudo emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, no Processo de Preparação e Pintura em superfícies metálicas tais como: Laudo de desempenho do produto de, no mínimo, 1200 horas conforme norma NBR 17.088/2023 – Material metálico revestido e não revestido - Corrosão por exposição à névoa salina, em corpos de prova que contenham uniões soldadas; Apresentar Laudo de desempenho do produto de, no mínimo, 1200 horas conforme norma NBR 8095/2015 – Material metálico revestido e não revestido - Corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada, em corpos de prova que contenham uniões soldadas; Apresentar Laudo de desempenho do produto de, no mínimo, 1200 horas conforme norma NBR 8096/1983 – Material metálico revestido e não revestido - Corrosão por exposição ao dióxido de enxofre, em corpos de prova que contenham uniões soldadas;

- Apresentar Certificado ou Declaração de Garantia, com registro em cartório, emitida pelo fabricante, específica para este processo licitatório, assinada por responsável devidamente acreditado, de no mínimo 05 (cinco) anos contra eventuais defeitos de fabricação de seu mobiliário, e ou no caso o licitante seja uma revenda autorizada, apresentar declaração de autorização de comercialização dos produtos emitida pelo fabricante do mobiliário, sendo específica para este processo licitatório, assinada por responsável devidamente acreditado, com firma reconhecida em cartório, garantindo também por no mínimo 05 (cinco) anos o mobiliário contra eventuais defeitos de fabricação.

Item 8 - Gaveteiro Volante 03 Gavetas



- **Dimensão:** 334 x 460 x 490 mm.
- **Material:** MDP.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DA PARAÍBA
CORE-PB**

- **Espessura:** 25 mm.
- **Cor:** Carvalho Avelã.
- Com fechadura com chave.

Documentação Exigida:

• Certificado emitido por organismo acreditado pelo INMETRO conforme norma NBR13961/2010. As informações constantes no certificado deverão ser suficientes para a correta identificação do produto ofertado e ainda vir acompanhado do seu respectivo laudo de avaliação emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro, e/ou OCP que ateste e declare a credibilidade do laboratório que o submeteu aos ensaios e testes que a norma supracitada exige;

• Laudo de profissional médico do trabalho ou Ergonomista ou engenheiro de segurança do trabalho devidamente acreditado pela ABERGO, atestando que o produto ofertado atende aos requisitos da Norma Regulamentadora NR-17 (ergonomia) do Ministério do Trabalho, sendo que deverão vir acompanhados dos documentos comprobatórios no caso do engenheiro ART e CREA, no caso do médico o CRM juntamente com certificado do ministério do trabalho, e no caso do Ergonomista o certificado de registro na ABERGO, onde ambos os documentos comprobatórios dentro do prazo de vigência;

• Apresentar comprovação de atendimento a NBR-14020:2002 e NBR-14024:2004, através do Certificado de conformidade emitido por organismo acreditado pelo INMETRO da respectiva indústria fabricante dos mobiliários;

• Certificado ambiental de cadeia de custódia do FSC ou CERFLOR, em nome do Fabricante do mobiliário comprovando a procedência da madeira proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento;

• Laudo emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO conforme norma NBR 14535:2008 – Para móveis de madeira com superfícies pintadas comprovando que o corpo de prova foi submetido aos ensaios de resistência ao impacto, abrasão e a determinação da aderência do filme, onde o mesmo tenha obtido resultados mínimos de Grau 5 (nenhuma trinca ou fissura) para resistência ao impacto, de < ou = à 180 mg/1000 ciclos (até a 3ª amostragem) para resistência abrasão e de Gr0 (nenhuma área da película destacada) para determinação de aderência do filme, que a norma supracitada exige;

• A empresa fabricante dos produtos deverá apresentar relatório de ensaio ou laudo emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO de acordo com a norma ASTM D3363:2022, para verificação de dureza de filme por teste de lápis, com no mínimo de 4H sem ruptura ou marcação no filme e que não houve qualquer desvio das condições no padrão, incluindo rugosidade no acabamento;

• A empresa fabricante dos produtos deverá apresentar certificado emitido pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) ou outra empresa certificadora, conforme NBR 11003, de Processo de Preparação e Pintura em superfícies, sendo que o documento deverá apresentar em seu escopo os seguintes testes: Determinação de aderência da tinta, Determinação do brilho da superfície, medição não destrutiva da espessura de camada seca de revestimentos aplicados em base, resistência de revestimentos orgânicos para os efeitos de deformação rápida, determinação de dureza ao lápis em tinta aplicada, resistência ao processo de corrosão de acordo com as NBR 17.088, 8095 e 8096;

• A empresa fabricante dos produtos deverá apresentar relatório de ensaio ou laudo emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, no Processo de Preparação e Pintura em superfícies metálicas tais como: Laudo de desempenho do produto de, no mínimo, 1200 horas conforme norma NBR 17.088/2023 – Material metálico revestido e não revestido - Corrosão por exposição à névoa salina,



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DA PARAÍBA
CORE-PB**

em corpos de prova que contenham uniões soldadas; Apresentar Laudo de desempenho do produto de, no mínimo, 1200 horas conforme norma NBR 8095/2015 – Material metálico revestido e não revestido - Corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada, em corpos de prova que contenham uniões soldadas; Apresentar Laudo de desempenho do produto de, no mínimo, 1200 horas conforme norma NBR 8096/1983 – Material metálico revestido e não revestido - Corrosão por exposição ao dióxido de enxofre, em corpos de prova que contenham uniões soldadas;

- Apresentar Certificado ou Declaração de Garantia, com firma reconhecida em cartório, emitida pelo fabricante, específica para este processo licitatório, assinada por responsável devidamente acreditado, de no mínimo 05 (cinco) anos contra eventuais defeitos de fabricação de seu mobiliário, e ou no caso o licitante seja uma revenda autorizada, apresentar declaração de autorização de comercialização dos produtos emitida pelo fabricante do mobiliário, sendo específica para este processo licitatório, assinada por responsável devidamente acreditado, com firma reconhecida em cartório, garantindo também por no mínimo 05 (cinco) anos o mobiliário contra eventuais defeitos de fabricação.

Item 9 – Poltrona 2 Lugares



- **Dimensões (LxPxA):** 1200 x 690 x 840 mm.
- **Estrutura Interna:** Confeccionado com estrutura em sarrafo de pinus.
- **Revestimento:** Couro Ecológico.
- **Cor do Revestimento:** Marrom Médio.
- **Estrutura Metálica:** Aço.
- **Cor da Estrutura Metálica:** Grafite.
 - Pintura eletrostática em tinta em pó.
- **Espessura Espuma:** 50 mm.
- **Dimensões do Assento (LxP):** 530 x 480 mm.
- **Dimensões do Encosto (LxP):** 530 x 430 mm.

Apoia-braço (03 unidades):

- **Dimensão (LxC):** 45 x 560 mm.
- **Espessura da Espuma:** 15 mm na parte superior e 7 mm na lateral.



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DA PARAÍBA
CORE-PB**

Documentação Exigida:

- Declaração de garantia do fabricante de 5 anos.

Item 10 – Poltrona 3 Lugares



- **Dimensões (LxPxA):** 1800 x 690 x 840 mm.
- **Estrutura Interna:** Confeccionado com estrutura em sarrafo de pinus.
- **Revestimento:** Couro Ecológico.
- **Cor do Revestimento:** Marrom Médio.
- **Estrutura Metálica:** Aço.
- **Cor da Estrutura Metálica:** Grafite.
 - Pintura eletrostática em tinta em pó.
- **Espessura Espuma:** 50 mm.
- **Dimensões do Assento (LxP):** 530 x 480 mm.
- **Dimensões do Encosto (LxP):** 530 x 430 mm.

Apoia-brço (04 unidades):

- **Dimensão (LxC):** 45 x 560 mm.
- **Espessura da Espuma:** 15 mm na parte superior e 7 mm na lateral.

Documentação Exigida:

- Declaração de garantia do fabricante de 5 anos.

Item 11 – Poltrona 1 Lugar



**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DA PARAÍBA
CORE-PB**



- **Dimensões (LxPxA):** 620 x 690 x 840 mm.
- **Estrutura Interna:** Confeccionado com estrutura em sarrafo de pinus.
- **Revestimento:** Couro Ecológico.
- **Cor do Revestimento:** Marrom Médio.
- **Estrutura Metálica:** Aço.
- **Cor da Estrutura Metálica:** Grafite.
 - Pintura eletrostática em tinta em pó.
- **Espessura Espuma:** 50 mm.
- **Dimensões do Assento (LxP):** 530 x 480 mm.
- **Dimensões do Encosto (LxP):** 530 x 430 mm.

Apoia-brço (02 unidades):

- **Dimensão (LxC):** 45 x 560 mm.
- **Espessura da Espuma:** 15 mm na parte superior e 7 mm na lateral.

Documentação Exigida:

- Declaração de garantia do fabricante de 5 anos.